



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

137

Embargos de declaração nº 130713-3/01 - Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargados: Eduardo Xavier Ferreira e outros.

5527

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXTENSÃO AOS DELEGADOS DE POLÍCIA (SÍMBOLO QAP) DO AUMENTO GERAL CONCEDIDO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS PELA LEI Nº 11.178/94. LEI DE REVISÃO GERAL. NÃO VIOLAÇÃO DO ART. 169, §1º, II, DA CF/88 NEM DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. RAZOABILIDADE. ACLARATÓRIOS PARCIALMENTE PROVIDOS A UNANIMIDADE. 1. Inocorrência de vulneração do arts. 169, §1º, II, da CF/88 e do princípio da moralidade administrativa na concessão do percentual requerido pelos ora embargados. 2. A extensão do benefício implementado pela Lei nº 11.178/94 no mesmo percentual aplicado aos servidores integrantes do Quadro Técnico Policial aos embargados está garantindo o cumprimento de preceito constitucional através da regulação de uma lei concessiva de aumento remuneratório já existente, cumprindo, assim com suas funções específicas e velando pelo exato cumprimento do art. 37, X, da CF/88. 3. Correção de eventual desigualdade produzida pela legislação supramencionada, cuja natureza é de revisão geral. 4. Redução da verba honorária para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, em observância ao princípio da razoabilidade e ao juízo de equidade. 5. Aclaratórios unanimemente conhecidos para fins de prequestionamento do contido nos arts. 5º, 37, caput, e 169, §1º, II, da CF/88, os quais não se encontram vulnerados, porém providos parcialmente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 130713-3/01, acima mencionados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, unanimemente, no sentido conhecer-lhes para fins de prequestionamento e, no mérito, dar-lhes provimento parcial, nos termos dos da ementa supra, do voto e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

138

Embargos de declaração nº 130713-3/01 - Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargados: Eduardo Xavier Ferreira e outros.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração diante de acórdão assim ementado:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO, IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* UNANIMEMENTE REJEITADAS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* REJEITADA POR MAIORIA. MÉRITO. EXTENSÃO AOS DELEGADOS DE POLÍCIA (SÍMBOLO QAP) DO AUMENTO GERAL CONCEDIDO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS PELA LEI Nº 11.178/94. LEI DE REVISÃO GERAL. NÃO VIOLAÇÃO DA SÚMULA Nº 339 DO STF. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO POR MAIORIA, PREJUDICADO O APELO. 1. Preliminar de prescrição do próprio fundo de direito dos apelados unanimemente rejeitada, posto tratar-se de relação jurídica de trato sucessivo, na qual o prazo prescricional renova-se mês a mês, implicando na prescrição das parcelas não compreendidas no quinquênio anterior à propositura da ação, a teor da Súmula nº 85 do STJ. 2. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido também rejeitada à unanimidade, tendo em vista que a pretensão exposta na exordial encontrar-se plenamente adequada às disposições do nosso ordenamento jurídico, ao ponto que inexistente vedação legal ao pedido dos apelados. 3. Preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* rejeitada unanimemente, haja vista que quem postula quer para o Estado, quer para a FUNAPE é a mesma Procuradoria. 4. Prefacial de ilegitimidade ativa *ad causam* rejeitada por maioria, vez que a parcela fixa sobre a qual incide o aumento geral ora pleiteado, é recebida por todos os Delegados de Polícia (símbolo QAP). 5. Mérito. Com o advento da Lei nº 11.178/94 operado-se, em verdade, uma revisão geral, isto é, um aumento salarial que alcançou todos os cargos do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo (art. 2º, primeira parte), deixando à margem do benefício apenas os Delegados de Polícia (símbolo QAP). 6. Violação do art. 37, X, da CF/88 e dos princípios da razoabilidade e da isonomia. 7. As leis de revisão geral se caracterizam pela uniformidade de tratamento, dúvida não há de que a abrangência da norma em debate não poderia ter se dado de maneira meramente setorial, razão pela qual os servidores integrantes do Quadro de Autoridades Policiais (símbolo QAP) fazem jus à percepção do aumento remuneratório no percentual de 40,88%, mesmo índice concedido aos integrantes do Quadro Técnico Policial (símbolo QTP). 8. Direito dos apelados à extensão do benefício implementado pela Lei nº 11.178/94 no mesmo percentual aplicado aos servidores integrantes do Quadro Técnico Policial, correlação esta que se justifica pelo fato de ambas as categorias serem de nível superior. 9. Inexistência de malferimento da Súmula nº 339 do STF. 10. Reexame necessário improvido por maioria de votos, restando prejudicado o apelo. (RNAC 130713-3, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 01/10/2009).

D

Segundo o embargante, o acórdão em tela teria sido omisso no que tange à alegação da impossibilidade de concessão do percentual pleiteado pelos ora embargados, diante do comando contido no art. 169, §1º, II, da CF/88, bem como da violação ao princípio da moralidade administrativa, expresso no art. 37, *caput*, do CPC.

Pugna ainda pela redução da verba honorária, em observância do contido no art. 20, §4º, do CPC, prequestionando explicitamente o contido nos arts. 5º, 37, *caput*, e 169, §1º, II, da CF/88.

É o relatório.

VOTO

Pleiteia a edilidade embargante sanar suposta omissão do acórdão quanto à alegada inobservância do arts. 169, §1º, II, da CF/88 e do princípio da moralidade administrativa na concessão do percentual requerido pelos embargados, além da redução da verba honorária.

Inicialmente, impende mencionar que, não obstante a Lei nº 11.178/94 ter mencionado expressamente em sua ementa que disciplinaria a remuneração apenas dos cargos por ela indicados, o que, a primeira vista, levaria a crer que a mesma teria sido editada com o fito de corrigir eventuais distorções à época existentes em algumas categorias do funcionalismo público estadual, a partir de uma análise mais apurada da questão posta, verifica-se que a mesma operou, em verdade, uma revisão geral, isto é, um aumento que alcançou todos os cargos do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo (art. 2º, primeira parte), deixando à margem do benefício apenas os Delegados de Polícia (símbolo QAP).

Tal procedimento, além de desrespeitar os princípios constitucionais da razoabilidade e da isonomia, terminou por violar o preceituado no inciso X, do art. 37, da CF/88, à época vigente em sua redação originária.

Nesse diapasão, a extensão do benefício implementado pela Lei nº 11.178/94 no mesmo percentual aplicado aos servidores integrantes do Quadro Técnico Policial aos ora embargados está garantindo o cumprimento de preceito constitucional através da regulação de uma lei concessiva de aumento remuneratório já existente, cumprindo, assim com suas funções específicas e velando pelo exato cumprimento do art. 37, X, da CF/88, razão pela qual não se vislumbra malferimento ao princípio da moralidade administrativa.

Outrossim, não há malferimento do art. 169, §1º, II, da CF/88, uma vez que o aumento geral concedido aos demais servidores públicos, no percentual de 40,88% (quarenta vírgula oitenta e oito por cento), fora expressamente previsto pela Lei Estadual nº 11.178/94, sendo que a extensão aos ora embargados no acórdão combatido visou corrigir eventual desigualdade produzida por aquela legislação, cuja natureza seria de revisão geral.

No mais, os honorários advocatícios devem ser fixados de maneira equitativa, com arrimo no art. 20, §4º, do CPC, observando o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço,

restando cabível sua redução de 20% (vinte por cento) para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, montante este que não se afasta do princípio da razoabilidade, ou seja, não se distancia do juízo de equidade.

Diante de todo o exposto, conheço dos presentes aclaratórios para fins de prequestionamento do contido nos arts. 5º, 37, *caput*, e 169, §1º, II, da CF/88, os quais não se encontram vulnerados, e dou-lhes provimento parcial tão somente para reduzir a verba honorária para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator